

## SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE ÉVORA

A cargo da Notária

Lic. Maria do Rosário Namora Guerreiro da Cunha

Telf: (066)20648

### CERTIFICO:

Que a presente fotocópia composta de nove folha(s) apresentada para efeito de conferência está conforme o original o qual contém selo branco respectivo que a fotocópia não reproduz, sendo o original uma fotocópia autêntica.

Évora, vinte e um de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove

O ajudante / O escrivão superior,

*Infracondes*

Conta:

Art.º 8.º n.º 1..... 1000\$00

São : Mil escudos.

Registada sob o n.º

260

*[Signature]*



NOTARIADO PORTUGUÊS

CARTÓRIO NOTARIAL DE ARRAIOLOS

PRAÇA LIMA E BRITO

Telefone 4 23 36

7 040 ARRAIOLOS

Eu, abaixo assinado, certifico que a presente fotocópia, composta por oito folhas utilizadas numa só face, foi extraída de escritura lavrada de folhas quarenta e duas verso a folhas quarenta e três, do livro número LS-A (setenta e cinco A), das notas deste Cartório, vai conforme ao original e vale como certidão; sem erro o doc. compl. que a integra

Arraiolos, 15 de Junho de mil novecentos e noventa e seis

o Notário

CONTA:

Art.º 17.º, n.ºs 1 e 2 . . . 1/100 \$00

1/100 \$00

TOTAL . . . 1/100 \$00

São mil e cem enados

Conferida e registada sob o n.º 72/56

1  
3

FUNDAÇÃO

\_\_\_\_ No dia quinze de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, no Cartório Notarial de Arraiolos, perante mim, Maria Gabriela Diniz da Fonseca Nunes Pimentel, Notária deste concelho, compareceu como outorgante: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ JORGE QUINA RIBEIRO DE APAÚJO, divorciado, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente em Évora, na Rua Cardeal-Rei, nº19, outorgando na qualidade de Reitor da Universidade de Évora, investido de poderes especiais, conforme uma acta da reunião do Senado, cuja cópia autenticada arquivo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do seu Bilhete de Identidade número 5340, de 13 de Setembro de 1986, passado pelo extinto Centro de Identificação Civil e Criminal; e a qualidade em que outorga através do despacho de um de Fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro, publicado no Diário da República número quarenta e seis, II Série, de vinte e quatro desse mesmo mês, bem como cópia do termo de posse. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ DECLAROU O OUTORGANTE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Que, em conformidade com a deliberação do Senado Universitário tomada a vinte de Julho do ano passado e no uso dos especiais que então lhe foram conferidos, pela presente escritura institui uma Fundação, que se vai denominar "FUNDAÇÃO LUÍS DE MOLINA" e cujos Estatutos

2  
L: 75-A  
7143  
L. 4

constam de um documento complementar elaborado nos termos do nº2, do artigo 64 do Código do Notariado, que se arquivou.

Mais declarou conhecer já perfeitamente o conteúdo de tal documento, pelo que dispensa a sua leitura.

ASSIM O OUTORGOU.

EXIBIU:

1-Certificado de admissibilidade da denominação, expedido a 21 de Dezembro do ano transacto, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas;

2-Cartão provisório de identificação de pessoa colectiva com o número 973 498 927.

Esta escritura foi lida em voz alta ao outorgante e ao mesmo explicado o seu conteúdo.

Assina "outorgante"

Guedes 7586

A Teste: Leopoldo Nunes Pereira.  
Com registo de vol. e n.º 70 J.

Lº NOTAS 45-A Fls. 42
Doc nº _____ Fls _____
Data 15/1/96

3  
5

# FUNDAÇÃO LUIS DE MOLINA

## ESTATUTOS

### CAPÍTULO I

#### Artigo 1º

##### Natureza

A **Fundação Luis de Molina**, adiante designada simplesmente por Fundação, é uma instituição de direito privado, que se rege pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pelas disposições legais específicas da sua natureza jurídica.

#### Artigo 2º

A Fundação é perpétua e tem a sua sede na cidade de Évora, em instalações da Universidade de Évora.

### CAPÍTULO II

#### Artigo 3º

##### Objecto e fins

1 - A Fundação tem por objecto a promoção da contribuição da Universidade de Évora para o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e económico da comunidade.

2 - Para tanto, promoverá a cooperação da Universidade de Évora com pessoas singulares ou colectivas, públicas, privadas ou cooperativas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, com vista à prossecução dos seus objectivos; apoiará e poderá prosseguir actividades de ensino e de investigação no domínio das artes e das ciências visando o desenvolvimento sustentado; promoverá a difusão dos conhecimentos artísticos, científicos e tecnológicos e apoiará acções de formação, visando a rápida aplicação desses conhecimentos e a valorização cultural e profissional, e ainda apoiará e facilitará o funcionamento de sistemas de prestação de serviços à comunidade por parte da Universidade de Évora.

### CAPÍTULO III

#### Artigo 4º

##### Património e receitas

- 1 - A Fundação é instituída pela Universidade de Évora, com um fundo inicial próprio de cinco milhões de escudos.
- 2 - O património da Fundação é constituído:
  - a) Pelas contribuições ou subsídios de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
  - b) Por todos os bens móveis, imóveis e direitos que ela adquirir com os rendimentos dos seus bens próprios ou que lhe advierem por qualquer outro título, nomeadamente em consequência da prestação de serviços à comunidade.
- 3 - As receitas da Fundação serão destinadas a:
  - a) Subsidiar actividades contidas nos fins gerais ou especiais da Fundação;
  - b) Ser incorporadas no património, com vista a assegurar uma melhor prossecução dos referidos fins.

#### Artigo 5º

##### Autonomia Financeira

- 1 - A Fundação goza de plena autonomia financeira, estando a sua acção subordinada às regras de direito privado.
- 2 - A Fundação, no exercício da sua actividade, poderá:
  - a) Aceitar doações, heranças ou legados;
  - b) Adquirir bens imóveis necessários à prossecução dos seus fins;
  - c) Alienar bens imóveis ou de natureza mobiliária, após a aprovação do Conselho Geral e nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10º dos presentes estatutos.

### CAPÍTULO IV

#### ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

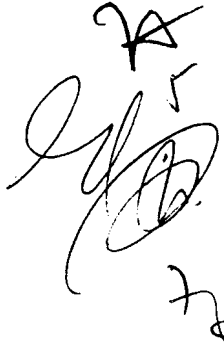
##### Secção I

#### Artigo 6º

São órgãos da Fundação:

- a) o Conselho Geral;
- b) o Conselho Executivo;
- c) o Conselho Fiscal.

Lº NOTAS 15-A Fls. 425
Doc nº _____ Fls. _____
Data 15/1/96



## Secção II

### Conselho Geral

#### Artigo 7º

O Conselho Geral é o órgão que define as grandes linhas de orientação da Fundação.

#### Artigo 8º

O Conselho Geral é constituído por:

- a) O reitor da Universidade de Évora, que preside;
- b) Dois vice-reitores da Universidade de Évora;
- c) Quatro professores ou investigadores designados pelo reitor da Universidade de Évora, ouvido o Senado da Universidade de Évora;
- d) Sete individualidades escolhidas pelo Senado da Universidade de Évora, sob proposta do reitor, representantes dos sectores cultural, social e económico da comunidade, ou a título pessoal, em reconhecimento do mérito excepcional ou de contribuição para os objectivos da Fundação;
- e) Um representante da Associação dos Estudantes da Universidade de Évora, por ela designado.

#### Artigo 9º

##### Competência

Compete ao Conselho Geral:

- a) Aprovar as alterações aos estatutos;
- b) Designar e exonerar os vogais do Conselho Executivo;
- c) Definir e estabelecer as políticas gerais de funcionamento da Fundação;
- d) Discutir e aprovar o relatório e as contas de cada exercício;
- e) Aprovar a alienação de bens imóveis;
- f) Discutir e aprovar o orçamento e os planos de actividade anuais ou plurianuais que forem submetidos pelo Conselho Executivo;
- g) Decidir sobre quaisquer outras matérias que respeitem à actividade da Fundação.

#### Artigo 10º

##### Funcionamento

1 - O Conselho Geral só pode funcionar estando presentes pelo menos dois terços dos seus membros.

2 - As decisões do Conselho Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, sendo todavia exigida uma maioria de três quartos dos seus membros, nos seguintes casos:

- a) Exoneração dos vogais do Conselho Executivo;
- b) Alteração dos estatutos da Fundação;
- c) Alienação de bens imóveis.

3 - No caso da alínea c) do número anterior, é necessário o voto favorável do reitor da Universidade de Évora.

4 - Os membros do Conselho Executivo têm acesso ao Conselho Geral, sem direito a voto.

5 - O Conselho Geral reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria ou quando solicitado por, pelo menos, dois terços dos seus membros.

### Secção III

#### Artigo 11º

##### Conselho Executivo

O Conselho Executivo é o órgão de administração da Fundação.

#### Artigo 12º

##### Constituição

1 - O Conselho Executivo é composto por um presidente e dois vogais, membros da Universidade de Évora.

2 - O Presidente é um vice-reitor da Universidade de Évora, indicado pela reitoria.

3 - Os vogais são designados pelo Conselho Geral, após votação de proposta do reitor ou de outra subscrita por, pelo menos, dois terços dos Membros do Conselho Geral.

4 - Secretariará o Conselho Executivo o funcionário da Universidade de Évora responsável pelas relações com o exterior.

#### Artigo 13º

##### Competência

1 - Ao Conselho Executivo compete a gestão corrente da Fundação, dentro das linhas gerais definidas pelo Conselho Geral.

2 - Compete especialmente ao Conselho Executivo:

- a) Definir a organização interna da Fundação;
- b) Administrar o património da Fundação;
- c) Preparar e submeter à aprovação do Conselho Geral, o orçamento e o plano de actividades;
- d) Contrair empréstimos e conceder garantias;
- e) Representar a Fundação em juízo e fora dele;



Lº NOTAS Nº A	Fls. 42 <sup>v</sup>
Doc nº	Fls.
Data	15/1/96

- f) Proceder ao inventário anual do património e preparar o relatório e contas para serem apreciados pelo Conselho Fiscal;
- g) Decidir sobre as atribuições de subsídios e sobre as incorporações do património.

#### Artigo 14º

Vinculação da Fundação

A Fundação fica obrigada em quaisquer actos ou contratos, pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho Executivo, um dos quais deverá ser o presidente.

### Secção IV

#### Conselho Fiscal

##### Artigo 15º

Constituição

O Conselho Fiscal é composto por uma das sete individualidades referidas no Artº 8º, alínea d), que preside, e por dois vogais designados pela Área Departamental das Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Évora.

##### Artigo 16º

Competência

Compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o orçamento, o relatório e contas de cada exercício, bem como sobre se a aplicação dos rendimentos se realiza de harmonia com os fins estatutários.

### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

##### Artigo 17º

Duração de mandatos

O mandato dos membros dos órgãos previstos no Capítulo IV, que não assumam essa qualidade por inerência do cargo que ocupam, tem uma duração de três anos.

Artigo 18º  
Constituição inicial dos órgãos

- 1 - O Conselho Geral e o Conselho Fiscal serão constituídos no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de aprovação dos presentes estatutos.
- 2 - O Conselho Geral designará os Vogais do Conselho Executivo no prazo máximo de trinta dias a contar da data da sua tomada de posse.

---

A Assinatura:  
Miguel Ângelo Simões